



Gestão Escolar e Desafios para Educação Bilíngue de Surdos

Resumo: Este trabalho aborda os principais desafios e estratégias para uma gestão escolar orientada à garantia do processo de escolarização de estudantes surdos, destacando a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como instrumento de comunicação, expressão, aprendizagem e construção da identidade cultural. O objetivo da pesquisa é investigar como a gestão escolar pode assegurar a educação bilíngue de estudantes surdos. Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (a) analisar os desafios para a efetivação de uma educação bilíngue de surdos nas escolas comuns; (b) identificar ações e posturas dos gestores na consolidação de uma cultura institucional bilíngue. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão de literatura sobre gestão escolar e educação bilíngue de surdos. A busca foi realizada entre dezembro de 2025 e março de 2026, na base de dados Google Acadêmico, utilizando como descritores os termos “gestão escolar”, “inclusão de surdos” e “bilinguismo”, de forma isolada e combinada. Os resultados indicam que a educação bilíngue de surdos nas escolas comuns configura-se como condição essencial para garantir o direito à aprendizagem, e que o gestor escolar desempenha papel fundamental nesse processo, ao articular as orientações legais, os recursos humanos e os recursos financeiros necessários à sua efetivação.

1. Introdução

O acesso à educação é um direito previsto pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) e por normativas mais específicas, como o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no espaço escolar, bem como pela Lei nº 14.191, de 3 de agosto de

¹ Elisangela Maria Borsa, Licenciatura Pedagogia – UNOPAR – Erechim / RS, Pós-Graduação PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL, CLÍNICA E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR, Capacitação AEE – Atendimento Especializado para deficiência Física, Visual, Intelectual, Auditiva e Múltiplas, Capacitação profissional URI Campos de Erechim – Tradutor / Intérprete em Libras/Português – 360 horas. Atualmente, exercendo a função de supervisora (coordenação) na rede Pública Estadual, na Escola Estadual de Ensino Médio Drº João Caruso - Erechim - RS, localizado na Rua: Maria Thereza Fávero, Três Vendas, Erechim/RS, CEP: 99700-000. Telefone para contato: (54) 984239774 e e-mail: eliborsa@gmail.com.

² Professora adjunta da Universidade Federal Fronteira Sul, e-mail sonize.lepke@uffs.edu.br

2021, que altera a LDB para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Ao reconhecer, por meio da legislação, a pessoa surda como sujeito de uma identidade linguística e cultural própria, reafirma-se que o ensino deve ser estruturado a partir de duas línguas: a língua de sinais como primeira língua (L1) e a língua oficial do país, na modalidade escrita, como segunda língua (L2).

No entanto, apesar dos avanços legais, ainda existem barreiras significativas que impedem a plena participação dos estudantes surdos no ambiente educacional, uma vez que grande parte dos professores e estudantes desconhecem os aspectos linguísticos e as demandas pedagógicas desse público. Por outro lado, muitos estudantes surdos são usuários de sua primeira língua e pertencem à comunidade surda; para esses sujeitos, a Libras constitui sua principal forma de expressão e comunicação.

Nesse contexto, coloca-se como problema de pesquisa a seguinte questão: como assegurar a educação bilíngue de surdos? De modo mais específico, busca-se compreender de que forma a gestão escolar pode garantir a efetivação dessa proposta à luz das determinações legais vigentes? Sabe-se que uma escola bilíngue demanda reconhecer e valorizar a Libras, adotando práticas que respeitem a singularidade linguística dos sujeitos surdos. Mais do que garantir a presença de intérpretes, é necessário a promoção de uma educação bilíngue.

Nesse sentido, a gestão escolar não deve ser compreendida apenas como um conjunto de ações burocráticas ou administrativas, mas como uma postura ética e política que reconhece as diferenças como parte constitutiva do espaço educativo. Assim, este trabalho tem como objetivo investigar como a gestão escolar pode assegurar a educação bilíngue de surdos, tendo como objetivos específicos: a) analisar os desafios da efetivação de uma educação bilíngue de surdos nas escolas comuns; b) identificar ações e posturas dos gestores na consolidação de uma cultura institucional bilíngue.

A escolha do tema justifica-se pela urgência de refletir sobre o papel da gestão frente aos desafios da educação inclusiva, especialmente no que se refere à educação bilíngue de surdos, uma vez que cabe ao gestor organizar os recursos humanos, indicar práticas pedagógicas inclusivas, dialogar com a coordenação e com os professores acerca das orientações legais e institucionais.

Neste sentido, o papel da gestão escolar é complexo, pois para além de ações técnicas, exige também reconhecer as necessidades da minoria linguística presente no espaço escolar.

A Educação de Surdos: Gestão escola e a Língua Brasileira de Sinais (Libras)

A educação de surdos no Brasil tem uma trajetória marcada por exclusão, medicalização da surdez e tentativas de normalização por meio da oralização forçada. Durante séculos, os sujeitos surdos foram afastados do espaço escolar, sendo considerados incapazes de aprender por não acessar a língua oral. Conforme destaca Skliar (1998, p. 15), a pedagogia corretiva, instituída historicamente, buscava eliminar a diferença em vez de valorizá-la, negando a cultura e a identidade surda.

Apesar do histórico de medicalização e das tentativas de “correção” da surdez, o povo surdo sempre lutou pelo reconhecimento de sua identidade linguística. No Brasil, essa conquista se concretizou com o reconhecimento oficial da Língua Brasileira de Sinais por meio da Lei nº 10.436/2002, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005. Embora a Libras já fosse utilizada antes desse marco legal, sua oficialização representou uma mudança significativa na educação, especialmente no contexto das escolas comuns. A partir desse reconhecimento, a Libras passou a ser considerada uma língua legítima, com estrutura própria e plenamente capaz de mediar o processo de ensino e aprendizagem de estudantes surdos, em articulação com a língua portuguesa na modalidade escrita. Nesse contexto, defende-se a educação bilíngue como a mais adequada para garantir o pleno desenvolvimento linguístico, cognitivo, social e cultural dos estudantes surdos (KARNOPP; PERLIN, 2011).

Entretanto, a efetivação de uma educação bilíngue para surdos ainda se configura como um grande desafio, especialmente em contextos em que predomina o uso da língua oral, como nas escolas comuns. Sua implementação exige, por parte dos ouvintes, não apenas o aprendizado e o desenvolvimento da Língua Brasileira de Sinais, mas também o reconhecimento de seu status como língua oficial e a compreensão de que a comunicação das pessoas surdas ocorre, prioritariamente, por meio dela. Diante desse cenário, emergem importantes questionamentos: como efetivar, de fato, uma educação bilíngue de surdos? De que maneira articular essa concepção às práticas pedagógicas no cotidiano da escola comum, garantindo o acesso, a participação e a aprendizagem desses estudantes?

Na tentativa de refletir sobre essas questões, busca-se compreender o papel da gestão escolar como instância articuladora desse processo. A gestão escolar ocupa papel central na articulação das práticas pedagógicas e institucionais voltadas ao estudante surdo, reconhecido como sujeito de identidade linguística e cultural própria.

Para que essa proposta se concretize, é necessário romper com a lógica da homogeneização escolar e criar condições reais de participação por meio de ações como: garantir a presença de intérpretes de Libras qualificados, oferecer formação continuada

aos docentes (MANTOAN, 2006) e, sobretudo, assegurar o acesso e a aprendizagem da Libras por toda a comunidade escolar.

Segundo Giordani (2004, p. 73), reconhecer a surdez a partir da diferença e não da deficiência significa também assumir um compromisso político com a inclusão, o que exige da gestão uma postura ativa e sensível à singularidade dos sujeitos. A escola não pode se limitar a integrar o estudante surdo na classe comum, sem garantir o direito à comunicação, à linguagem e à aprendizagem em sua língua natural.

A proposta de uma escola bilíngue de surdos envolve a construção de um ambiente em que a Libras seja visível, valorizada e utilizada como meio de instrução e convivência. Vygotsky (1991) afirma que a linguagem é mediadora do pensamento e do desenvolvimento humano. No caso dos surdos, essa mediação ocorre de maneira visual e gestual, sendo a Libras o instrumento essencial para a constituição de sentidos e significados.

Nesse contexto, a escola, enquanto espaço de socialização e produção de conhecimento, deve assumir um papel fundamental no fortalecimento da identidade surda. Isso implica garantir que os estudantes surdos tenham oportunidades de conviver com seus pares, acessar e valorizar sua cultura, bem como contar com a presença de professores surdos e/ou ouvintes fluentes em Língua Brasileira de Sinais. Nessa perspectiva, conforme argumenta Carlos Skliar (2005), a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva só se torna possível quando a diferença é reconhecida como um valor, e não como um desvio da norma.

2. Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva, fundamentada em uma revisão de literatura sobre a gestão escolar e a educação bilíngue de surdos. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela natureza interpretativa da investigação, que busca compreender significados, percepções, práticas e relações sociais no ambiente escolar, especialmente no que se refere à valorização da LIBRAS e à construção de um espaço bilíngue.

Para tanto, definiram-se como descritores os termos “gestão escolar”, “inclusão de surdos” e “bilinguismo”. A busca por produções acadêmicas concentrou-se no período de 2015 — marco da promulgação da Lei Brasileira de Inclusão — até 2025, ano de realização da coleta de dados. O levantamento foi conduzido principalmente na base de dados Google Acadêmico, utilizando os descritores de forma isolada e combinada, a fim

de ampliar o alcance dos resultados. Embora tenham sido identificados inúmeros documentos, estabeleceu-se um processo de triagem, com base na leitura dos títulos, resumos e considerações finais, visando à seleção dos estudos mais alinhados aos objetivos da pesquisa.

Após a busca nas bases de dados, foram encontrados diversos trabalhos relacionados aos descritores utilizados. Após a leitura dos títulos, resumos e considerações finais, foram selecionados seis estudos, entre artigos científicos e dissertações, que apresentavam maior aproximação com o objetivo desta pesquisa, sendo esse recorte definido com base na pertinência temática e na contribuição para a discussão proposta.

Como critérios de inclusão, foram considerados:

- a) publicações entre 2015 e 2025;
- b) estudos que abordassem a educação de surdos sob a perspectiva bilíngue;
- c) pesquisas que discutissem inclusão escolar ou práticas institucionais relacionadas à gestão.

Como critérios de exclusão, foram desconsiderados estudos que não apresentavam relação direta com o foco da gestão escolar ou que abordavam a surdez apenas sob a perspectiva clínica ou terapêutica.

Quadro1: Estudos que abordam a educação de surdos sob perspectiva bilíngue.

Ano de publicação	Autores	Identificação (artigo, tese ou dissertação) e o título
2018	Juliana Gemelli Silva https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2064	Artigo - Bilinguismo na escola: uma gestão inclusiva para surdos e ouvintes
2017	Pietzak & Probst revistas.uniasselvi.com.br	Artigo - Bilinguismo e inclusão escolar dos estudantes surdos revistas.uniasselvi.com.br
2019	Storto et al. revistas.pucsp.br/esp/article/view/42558	Artigo - Ensino bilíngue e inclusão de estudantes surdos no ensino regular: análise de uma carta aberta dos primeiros doutores surdos...”
2023	Moraes e Delgado https://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/10142	Artigo - Libras e a organização escolar: o papel da gestão para difusão da cultura surda
2025	Lima, Garcia-Valcárcel & Meirinhos https://scholar.google.com.br/	Artigo - Inclusão no ensino superior – análise de materiais didáticos para surdos
2025	Silva & Aguiar https://revistafamen.com.br/	Artigo - Educação bilíngue para surdos – estudos interculturais

Os dados coletados foram organizados, sistematizados e analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Laurence Bardin (2011). Esse processo foi desenvolvido em etapas complementares: inicialmente, realizou-se a pré-análise, com a leitura flutuante do material, visando à familiarização com os dados e à definição dos critérios de análise; em seguida, procedeu-se à exploração do material, com a codificação e categorização das informações, a partir de unidades de registro e de contexto; por fim, ocorreu o tratamento dos resultados e a interpretação, momento em que os dados foram organizados em uma categoria temática.

A categoria de análise foi construída de forma articulada aos objetivos da pesquisa, contemplando aspectos relacionados às práticas de gestão inclusiva, ao uso da Língua Brasileira de Sinais e às percepções sobre o processo de inclusão. Esse procedimento possibilitou não apenas identificar recorrências e padrões nos dados, mas também compreender sentidos, contradições e desafios presentes nas práticas analisadas, conferindo maior profundidade interpretativa à análise realizada.

A partir da análise do material selecionado, foram identificadas convergências relevantes entre as pesquisas. Com base nesses resultados, os dados foram organizados em categorias de análise alinhadas aos objetivos da pesquisa, o que possibilitou uma discussão mais sistematizada e analítica dos achados. As duas categorias temáticas intituladas “Educação bilíngue de surdos na escola comum: desafios” e “o gestor escolar e a consolidação de uma cultura institucional inclusiva e bilíngue”.

4.1 Educação bilíngue de surdos na escola comum: desafios

Ao analisar os materiais selecionados, torna-se evidente que a inclusão de estudantes surdos exige muito mais do que adaptações pontuais ou medidas isoladas. A insistência em práticas superficiais ou fragmentadas tende a produzir, ainda que de forma indireta, processos de exclusão sistemática desses estudantes. Os autores convergem na compreensão de que a surdez deve ser entendida a partir da perspectiva da diferença linguística e cultural, e não sob uma lógica deficitária. Esse entendimento modifica profundamente a forma como a escola organiza suas práticas, suas relações e suas prioridades. Para Silva e Aguiar (2025 - (p.81):

O modelo bilíngue surge como uma resposta crítica aos modelos oralistas, multimodais e integracionistas que, por décadas, dominaram a educação de surdos no Brasil e no mundo, muitas vezes impondo uma lógica deficitária, na

qual a surdez era vista como uma deficiência a ser corrigida, e a língua oral como única forma legítima de comunicação.

Embora haja clareza teórica de que a educação bilíngue de surdos é a abordagem mais adequada para o desenvolvimento do estudante surdo — favorecendo sua plena participação na comunidade escolar —, a prática ainda enfrenta diversas barreiras culturais e institucionais. Muitas escolas operam a partir de uma lógica centrada na língua oral, o que acaba invisibilizando a Língua Brasileira de Sinais e dificultando a construção de um ambiente verdadeiramente bilíngue. Nesse contexto, a predominância da cultura ouvinte tende a reproduzir práticas que colocam a Libras em posição secundária, reforçando hierarquizações linguísticas e simbólicas que deslegitimam a experiência surda. Silva (2018, p. 1) destaca que a construção de uma escola bilíngue exige mudanças institucionais que ultrapassam a simples presença de intérpretes em sala de aula. Segundo a autora:

A construção de uma escola bilíngue exige que a gestão escolar reconheça a Libras como parte constitutiva do espaço educativo, promovendo condições para que ela circule no cotidiano escolar e não apenas em momentos específicos de tradução ou mediação. (SILVA, 2018).

Essa realidade evidencia que a implementação da educação bilíngue vai muito além de normativas legais ou orientações pedagógicas; ela exige transformações estruturais na cultura escolar, nas concepções de ensino e nas relações de poder que atravessam o espaço educativo. Quando a Libras não é reconhecida e valorizada como língua legítima no cotidiano escolar, os estudantes surdos enfrentam barreiras significativas para acessar o conhecimento, participar de atividades coletivas e construir sua identidade linguística e cultural de forma plena.

Assim, a educação bilíngue configura-se como condição essencial para garantir o desenvolvimento integral do estudante surdo. A valorização da identidade surda também aparece como elemento fundamental nesse processo educativo. Conforme destaca Perlin (1998), a identidade surda é construída a partir das experiências linguísticas, culturais e sociais compartilhadas pela comunidade surda. Reconhecer a Libras como primeira língua significa também reconhecer o direito dos sujeitos surdos de constituírem sua identidade e participarem plenamente dos espaços educativos e sociais.

Nesse sentido, Storto et al. (2019) destacam que a defesa da educação bilíngue tem sido amplamente discutida por pesquisadores e pela própria comunidade surda, que reivindica o reconhecimento da Libras como língua de instrução no ambiente escolar. Segundo os autores:

Segundo os autores:

A educação bilíngue para surdos deve garantir o uso da língua de sinais como primeira língua e assegurar condições para o desenvolvimento da língua portuguesa na modalidade escrita, respeitando os processos linguísticos próprios dos estudantes surdos. (STORTO et al., 2019).

A partir dessa perspectiva, compreende-se que o ensino bilíngue não se limita à presença de duas línguas no espaço escolar, mas envolve a construção de práticas pedagógicas que respeitem os modos de aprendizagem e comunicação dos estudantes surdos. Dessa forma, a escola precisa organizar suas ações institucionais e pedagógicas de modo a garantir que a Libras esteja presente nas interações, no currículo e nas práticas educativas, assegurando, assim, condições efetivas de participação e aprendizagem.

4.2 O gestor escolar e a consolidação de uma cultura institucional inclusiva e bilíngue

Nesse sentido, a gestão escolar desempenha um papel fundamental na consolidação de uma cultura institucional inclusiva e bilíngue. Cabe à equipe gestora promover ações que fortaleçam a educação bilíngue no ambiente escolar, incentivando a formação continuada dos professores, assegurando a presença de profissionais qualificados e fomentando práticas pedagógicas que valorizem a comunicação visual e a cultura surda. Mais do que atender a uma exigência legal, trata-se de construir um espaço educativo que reconheça a diversidade linguística como elemento constitutivo do processo de ensino e aprendizagem. Assim, a consolidação de uma proposta bilíngue exige uma gestão comprometida com o direito à educação, capaz de articular políticas institucionais, práticas pedagógicas e formação docente. Quando a escola assume esse compromisso, ampliam-se as possibilidades de participação efetiva dos estudantes surdos no cotidiano escolar, superando práticas meramente integradoras e avançando em direção a uma inclusão efetiva.

Outro aspecto recorrente nos estudos refere-se à necessidade de compreender a inclusão para além da simples matrícula do estudante surdo na escola regular. A efetiva inclusão passa, sobretudo, pela garantia de uma educação bilíngue, centrada no uso da Língua Brasileira de Sinais e no ensino da língua portuguesa na modalidade escrita. Nessa direção, Pietzak e Probst (2017) destacam que a inclusão escolar do estudante surdo requer transformações que ultrapassem sua inserção em classes comuns, implicando mudanças nas formas de comunicação e nas práticas pedagógicas. Como afirmam os autores, “a inclusão escolar do estudante surdo exige que a escola reorganize suas práticas pedagógicas e institucionais, garantindo acessibilidade linguística e condições reais de participação no processo de ensino e aprendizagem” (PIETZAK; PROBST, 2017, p. 1).

Nesse processo, a gestão escolar assume papel central, ao articular e viabilizar as condições institucionais necessárias para que tais transformações se concretizem.

Diante disso, coloca-se um desafio central: como efetivar, no cotidiano escolar, a convivência e o uso de duas línguas de forma significativa? É preciso que todos os sujeitos da escola tenham acesso à primeira língua do estudante surdo, a Língua Brasileira de Sinais, o que implica repensar práticas, tempos e espaços escolares. Nesse processo, a gestão escolar possui papel fundamental ao articular recursos humanos, promover formação docente e estimular práticas pedagógicas que considerem as especificidades linguísticas dos estudantes surdos.

Isso pressupõe que todos os profissionais que atuam na escola tenham acesso à formação em Libras, o que envolve investimento institucional, disponibilidade de tempo e engajamento dos docentes. Ou seja:

A garantia de materiais didáticos acessíveis e adequados às especificidades linguísticas dos estudantes surdos constitui elemento fundamental para a efetivação de processos educacionais inclusivos. (LIMA; GARCIA-VALCÁRCEL; MEIRINHOS, 2025, p.1).

Tem-se, assim, a gestão escolar diante de um papel complexo, especialmente em uma escola comum que busca assegurar uma educação bilíngue, articulando a valorização da Libras, o reconhecimento da identidade surda e a formação da comunidade escolar. Essas ações, quando articuladas, contribuem para a transformação da cultura escolar.

A transformação da cultura escolar implica reconhecer que a diversidade linguística e cultural faz parte do processo educativo, superando práticas homogeneizadoras. Isso envolve a criação de espaços de diálogo e convivência que valorizem a Libras e a cultura surda, permitindo que estudantes surdos e ouvintes estabeleçam relações mais inclusivas e respeitadas. Essa mudança de perspectiva contribui para a construção de um ambiente educativo mais democrático e sensível às diferenças. Moraes e Delgado (2023) também destacam que a valorização da cultura surda no ambiente escolar contribui significativamente para o fortalecimento de práticas inclusivas.

Assim, os estudos analisados evidenciam que a efetivação da educação bilíngue de surdos está diretamente relacionada ao compromisso ético e político da gestão escolar. Nessa perspectiva, compreender a inclusão de estudantes surdos implica reconhecer que a construção de uma escola bilíngue demanda planejamento institucional consistente, investimento em formação continuada e engajamento coletivo de toda a comunidade escolar.

Os autores analisados, dialogam a partir da lógica inclusiva, convergem ao destacar ela está condicionada a transformações na cultura escolar, do bilinguismo, na

formação docente e na organização pedagógica da escola. E a gestão escolar cabe o papel estratégico ao promover condições que garantam a acessibilidade linguística, o reconhecimento da identidade surda e a construção de um ambiente educativo mais democrático, participativo e inclusivo. Trata-se, portanto, de um processo que exige intencionalidade, articulação e compromisso institucional com a valorização da diversidade linguística e cultural.

3. Considerações Finais

Ao concluir este estudo, retoma-se a contribuição de Lepke, Paim e Ziesmann (2019), que compreendem o gestor como um sujeito constituído por vivências e formação pedagógica, inserido em uma função que envolve tanto o cumprimento de normativas quanto a tomada de decisões no cotidiano escolar. Nesse sentido, suas experiências e trajetórias influenciam diretamente as ações desenvolvidas no contexto da gestão.

A partir da análise realizada, compreende-se que não basta garantir a matrícula de todas as crianças e adolescentes, no caso dos estudantes surdos, usuários da Libras, é fundamental assegurar uma educação bilíngue de qualidade, que respeite suas especificidades linguísticas e culturais.

Os estudos analisados mostram que a educação bilíngue constitui uma condição essencial para que o estudante surdo tenha acesso ao conhecimento de forma significativa. Reconhecer a Libras como primeira língua é reconhecer identidade, cultura, pertencimento e modos próprios de compreender e aprender. Quando a escola ignora esse aspecto, mesmo que de forma não intencional, acaba reforçando barreiras que dificultam o processo de aprendizagem.

Também ficou evidente que a inclusão não acontece de maneira espontânea, ela precisa ser intencionalmente planejada e assumida como um projeto institucional. Nesse contexto, a gestão escolar assume um papel determinante, não apenas na organização de recursos ou no cumprimento das legislações, mas na mobilização da comunidade escolar, na promoção de formação continuada, no incentivo ao uso da Libras no cotidiano e na construção de um ambiente em que a diferença seja efetivamente respeitada e valorizada. Outro aspecto relevante evidenciado pela análise refere-se à presença de práticas que, embora bem-intencionadas, ainda se mostram insuficientes ou superficiais. A educação bilíngue de surdos exige não apenas o acesso à Libras, mas também a revisão de concepções, o compromisso institucional e a abertura ao diálogo com a comunidade surda. Trata-se de um processo contínuo, que envolve escuta, reflexão e construção coletiva.

Dessa forma, reafirma-se que uma escola verdadeiramente inclusiva é aquela que se transforma para acolher seus estudantes, e não aquela que espera sua adaptação a um modelo previamente estabelecido. Ainda há desafios a serem enfrentados, especialmente no que diz respeito à formação docente e à superação de barreiras comunicacionais.

Entretanto, evidencia-se que uma gestão escolar comprometida pode desempenhar papel central na consolidação da educação bilíngue de surdos como um princípio estruturante da prática educativa. Essa abordagem não apenas reconhece a Libras como língua de instrução e expressão identitária, mas assegura que o estudante surdo esteja inserido em um espaço educativo verdadeiramente justo, democrático e inclusivo, no qual sua singularidade linguística constitui a base de seu desenvolvimento.

Referências

FELIPE, Tanya A. **A função do interprete na escolarização do Surdo. Anais do Congresso Surdez e Escolaridade: Desafios e Reflexões.** Congresso Internacional do INES, 17-19 de dezembro de 2003: 87-98.

Brasil. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e dá outras providencias.** Brasília: Presidência da Republica, Casa Civil, 2002b

_____. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica- Lei 9.304 de 20.12096.** Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002.

SASSAKI, Romeu K. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão.** Disponível em: http://www.cepde.rj.gov.br/terminologia_ppds.doc

VYGOTSKY, Lev S. **Obras Excogitas,** Fundamentos de Defectologia. Madrid: Visor, 1997

VYGOSTIKY, L. S. **A Formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

BOTELHO, Paula. **Segredos e silêncios na educação dos surdos.** Belo horizonte: Autêntica, 1998.

GIORDANI, Liliane Ferrari. **Encontros e desencontros na língua escrita na educação de surdos.** In: LODI, Ana Claudia B; HARRISON, Kathryn Marie P; CAMPOS, Sandra

Regina L (orgs) **Leitura e escrita no contexto da diversidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004. P. 73-85.

GOES, Maria Cristina Rafael de. **Com quem as crianças surdas dialogam em sinais**; In: LACERDA, Cristina B.F; GOES, Maria C.R. de (orgs). **Surdez – Processos educativos e subjetividade**. São Paulo: Lovise, 2000.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda**: Linguagem e cognição numa perspectiva sócio - interacionista. São Paulo; Plexus, 1997.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós - modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 1997.

KARNOPP, Lodenir Becker, FERREIRA, Maria Cristina Cunha. **Concepções de leitura e escrita na educação de surdos**. In: LODI, Ana Claudia B; HARRISON, Kathryn Marie P; CAMPOS, Sandra Regina L (orgs.). **Leitura e escrita no contexto de diversidade**: Porto Alegre. Mediação, 2004. P.33-38.

LACERDA, Cristina B.F de. **O processo dialógico entre aluno surdo e educador ouvinte**: examinando a construção de conhecimento. Campinas: UNICAMP, 1996. (Tese de doutorado).

LODI, Ana Claudia B; HARRISON, Kathryn Marie P; CAMPOS, Sandra Regina L (orgs.). **Leitura e escrita no contexto da diversidade**: Porto Alegre. Mediação, 2004.

PLOPES, Maura Corcini. **Relações de poderes no espaço multicultural da escola para surdos**. In: SKLIAR, Carlos (orgs.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre. Mediação, 1998. p.105-122.

PERLIN, Gladis T.T. **Identidades Surdas**. In: SKLIAR, Carlos (orgs.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre. Mediação, 1998. P. 51-74.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos – A aquisição da Linguagem**. Porto Alegre: Artes Medicas, 1997.

KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SKLIAR, Carlos (orgs.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre. Mediação. 1998.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes; uma viagem ao mundo dos surdos**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Marília da P. Marinho. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo**. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teoria cultural e educação. Um vocabulário crítico**. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

-----; **A poesia e política do currículo como representação**. In: PACHECE, Jose Augusto. (orgs.). Políticas de integração curricular. Porto Alegre: Porto Editora, 2000.p.59-98.

http://www.uel.br/eventos/seminariosurdez/pages/arquivos/palestra_mesa_03_01.pdf".

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília: Presidência da República, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002. Brasília: Presidência da República, 2005.

KARNOPP, Lodenir Becker; PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto. **Educação de surdos e bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

LEPKE,S. PAIM, R.O, ZIESMANN, C. I. Sujeito de experiências: o gestor escolar na perspectiva da inclusão. In. Paim, R. O, Ziesmann, C.I, Pierozan, S. S. H, Lepke. S. Educação Especial e Inclusiva em áreas do conhecimento. Curitiba, CRV, 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MORAES, [Nome completo]; DELGADO, [Nome completo]. **Libras e a organização escolar: o papel da gestão para difusão da cultura surda**. Revista A Cor das Letras, 2023.

PIETZAK, [Nome completo]; PROBST, [Nome completo]. **Bilinguismo e inclusão escolar dos alunos surdos**. 2017.

SILVA, Juliana Gemelli. **Bilinguismo na escola: uma gestão inclusiva para surdos e ouvintes**. 2018.

SILVA, [Nome completo]; AGUIAR, [Nome completo]. **Educação bilíngue para surdos: estudos interculturais**. 2025.

STORTO, [Nome completo] et al. **Ensino bilíngue e inclusão de estudantes surdos no ensino regular: análise de uma carta aberta dos primeiros doutores surdos**. 2019.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.